



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA-
UNILA
PRO- REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO-PRPG**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS COM ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL
DO PARANÁ: UMA HISTÓRIA RECENTE**

ANA PAULA LEANDRO GONÇALVES

**Foz do Iguaçu-PR
2016**

ANA PAULA LEANDRO GONÇALVES

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS COM ALTAS
HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL
DO PARANÁ: UMA HISTÓRIA RECENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização “Lato Sensu” em Atendimento Educacional Especial na Perspectiva da Inclusão da Universidade Federal da Integração Latino Americana-UNILA. Orientadora: Prof^a. Dra. Catarina Costa Fernandes.

**Foz do Iguaçu – PR
2016**

TERMO DE APROVAÇÃO

O Atendimento Educacional aos Alunos Com Altas Habilidades/Superdotação na Rede Pública Estadual do Paraná: Uma História Recente

POR

Ana Paula Leandro Gonçalves

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dra. Catarina Costa Fernandes

Nota:

AGRADECIMENTOS

Ao longo da trajetória como aluna dessa Especialização agradeço imensamente a:

- Prof^a. Dr^a. Catarina Costa Fernandes pelas contribuições e por orientar-me na elaboração da pesquisa;
- Todo o corpo docente por compartilhar suas experiências e conhecimento;
- Aos meus colegas de curso, parceiros de aprendizado.

A todos, o meu “muito obrigada”.

Dedico
a Júlia Gonçalves de Oliveira, minha filha amada
e
a minha amiga querida Cleo Kuhn pela ajuda e
incentivo durante todo o curso. Obrigada.

LISTA DE SIGLAS

AEE	–	Atendimento Educacional Especializado
AH/SD	–	Altas Habilidades/Superdotação
CEB	–	Câmara de Educação Básica
CEDET	–	Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento
CEE	–	Conselho Estadual de Educação
CNE	–	Conselho Nacional de Educação
CONBRASD	–	Conselho Brasileiro de Superdotação
DEE	–	Departamento de Educação Especial
LDB	–	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
MEC	–	Ministério da Educação
NAS	–	Núcleo de Apoio a Aprendizagem do Superdotado
NAAH/S	–	Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
OIT	–	Organização Internacional do Trabalho
OMS	–	Organização Mundial de Saúde
PNUD	–	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
POIT	–	Projeto de Orientação e Identificação de Talentos
SEED	–	Secretaria de Estado da Educação
UNESCO	–	Fundo das Nações Unidas
UNIP	–	Universidade Paulista

GONÇALVES, Ana Paula Leandro. **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARANÁ: UMA HISTÓRIA RECENTE**. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Catarina Costa Fernandes. Foz do Iguaçu. 2016

RESUMO

Na presente pesquisa, buscou-se analisar, de modo geral, o atendimento educacional oferecido aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) ao longo da história. De modo mais específico, enfatizou-se o panorama histórico e atual no Estado do Paraná, cuja proposta educacional para esses alunos privilegia o apoio educacional especializado em Sala de Recursos. Para conhecer e analisar esse universo e a prática pedagógica nele empreendida, a pesquisa realizou-se inicialmente, pelo reconhecimento de Altas Habilidades e Superdotação. Em seguida foi realizado o levantamento, leitura e análise de textos e documentos oficiais acerca do tema. Os dados foram analisados tomando-se por base pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, segundo a qual a concretização das capacidades potenciais pressupõe a influência do social sobre o ser humano. Assim, a educação escolar é primordial; para os alunos com AH/SD o acesso a instrumentos tecnológicos e a aquisição dos conteúdos científicos, trabalhados no contexto escolar – mediadores culturais – contribuem para o desenvolvimento de um potencial humano que, se ignorado, pode se tornar limitado ou até mesmo bloqueado. Ainda que esse serviço de apoio especializado esteja longe dos objetivos para os quais foi pensado, especialmente no que se refere à formação de professores e à falta de recursos materiais, os dados colhidos demonstraram o quanto esse ambiente educacional e a dinâmica pedagógica ali desenvolvida propiciam a aquisição de novos conteúdos. Concluiu-se que, quando este serviço de apoio especializado estiver bem estruturado, deverá ser oferecido a todos os alunos.

Palavras-chave: Educação Especial; Alunos com Altas Habilidades/Superdotação; Políticas Públicas.

GONÇALVES, Ana Paula Leandro. **THE EDUCATIONAL SERVICE TO STUDENTS WITH HIGH CAPACITY/GIFTEDNESS IN STATE OF PARANÁ: A RECENT HISTORY.** 43F. Monography specialization in Federal University of Latin American integration-UNILA. Tutor: Prof^a. Dr. Catarina Costa Fernandes. Foz do Iguaçu. 2016

ABSTRACT

Educational service to high capacity or gifted students throughout history is investigated. The conditions present in the state of Paraná, Brazil, whose educational proposal for these students provides them with specialized help in Resourceful Classes, are put in the limelight. A survey and the reading and analysis of texts and official documents on the theme were undertaken. Data were analyzed according to the Historical and Cultural Theory, according to which the concretization of potential abilities presupposes social influence on the person concerned. Whereas schooling education is of paramount importance, in the case of gifted students, access to technological instruments and the acquisition of scientific contents worked out within the school environment – cultural mediators – contribute towards the development of a human potentiality that may be restricted and impaired if shunned. Even though such service may be far from the ideal, especially with regard to teacher training and lack of material resources, data showed that such an educational environment and pedagogical dynamics developed aid in the acquisition of new knowledge. When such specialized service is better equipped it should be offered to all students.

Keywords: Special Education; Students with high Capacity/Giftedness; Public Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	12
2.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	12
2.2 A COLETA DE DOCUMENTOS.....	13
2.2.1 A análise documental.....	13
2.2.2 Operacionalização da análise documental	14
2.2.3 A Pesquisa Bibliográfica	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 O QUE É ALTA HABILIDADE E SUPERDOTAÇÃO.....	16
3.1.1 Conceito dos Termos e Traços Comuns aos Alunos Superdotados.....	18
3.1.2 Características Cognitivas e Afetivas do Superdotado	20
3.2 PANORAMA HISTÓRICO NACIONAL EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO BRASIL	24
3.2.1 Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais	27
3.3 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA	40

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade compatibilizar proposições com documentos já definidos pelo Ministério da Educação (MEC), no que diz respeito ao atendimento as pessoas com altas habilidades e superdotação, uma vez que foi firmado consenso nessa área, acatando-se peculiaridades locais e regionais do país e características da atual conjuntura socioeconômica e educacional brasileira, e também percorrer pelo contexto histórico nacional e do Estado do Paraná a trajetória de reconhecimento e atendimento para estas pessoas especiais.

A análise resulta da atualização de recomendações já elaboradas e divulgadas pelo Centro Nacional de Educação Especial/MEC, organizadas com a colaboração de especialistas, levando em conta conclusões de conferências internacionais e nacionais, bem como resultados de pesquisas e propostas curriculares de enriquecimento nessa área.

A educação especial quanto a inclusão escolar é historicamente recente no âmbito nacional brasileiro e no Estado do Paraná e o atendimento em altas habilidades é ainda um “campo em movimento”.

Primeiramente, são esclarecidas algumas características dos tipos de pessoas superdotadas e seus traços comuns, assim como alternativas de atendimentos. Em seguida são descritas algumas considerações sobre o contexto histórico nacional em Atendimento Especializado aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação quanto sua trajetória, fundamentação teórica, filosofia, princípios básicos e diretrizes da Educação Especial, partindo das prescrições legais definidas pelo MEC.

Por fim, são apresentadas as diretrizes educacionais aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), através das políticas públicas definidas pelo Estado do Paraná e sua forma de atendimento.

A educação das pessoas com altas habilidades/superdotação é aqui compreendida em sua dimensão não só educativa, como sociocultural, tendo como objetivo favorecer o acesso a informação a respeito de suas potencialidades e sua participação na sociedade e na comunidade escolar, pois educação para todos requer ao educando que tenha maior capacidade de aprender, maiores oportunidades para aprender mais e ao nível melhor de suas capacidades.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A definição de altas habilidades/superdotação (AH/SD) ainda não é estabelecida universalmente, porém há inúmeras pesquisas realizadas em busca dessa acepção e diferentes autores têm contribuído nesta área.

A Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (1994) adota o conceito de Marland, que define pessoas AH/SD as que apresentam desempenho acima da média ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.

Atualmente existe um consenso entre vários autores sobre o que seja a pessoa superdotada conceituado por Renzulli, no seu **Modelo dos Três Anéis**.

Neste modelo, Renzulli descreve o comportamento do superdotado através de três agrupamentos básicos dos traços humanos: habilidades gerais e/ou específicas acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade. Estes agrupamentos são esclarecidos individualmente no decorrer da fundamentação teórica deste trabalho.

Outra abordagem presente na atual pesquisa consiste na análise documental e histórica da forma de atendimento dessa clientela no âmbito nacional brasileiro e do estado do Paraná através da legislação e das Políticas Educacionais para a inclusão.

Assim remete-se ao problema de pesquisa: Como estão preconizadas as políticas públicas de inclusão para o atendimento das pessoas com altas habilidades/superdotação nas diretrizes curriculares de educação especial no estado do Paraná.

Por meio de um aprofundamento teórico sobre o tema, todas as inquietações são sintetizadas a partir do seguinte questionamento no presente trabalho com questões norteadoras do estudo:

As políticas públicas de atendimento as pessoas com AH/SD no Estado do Paraná são plenamente atendidas?

O objetivo geral dessa pesquisa é descrever como estão preconizadas as políticas públicas de inclusão para o atendimento das pessoas com altas

habilidades/superdotação nas diretrizes curriculares de educação especial no estado do Paraná.

Os objetivos específicos desenvolvidos nesse estudo são respectivamente:

- a) - Detalhar a forma de atendimento seguindo as diretrizes curriculares da educação especial para altas habilidades/superdotação;
- b) - Elencar as obrigadoriedades para esse atendimento segundo a Lei de Diretrizes e Bases;
- c) - Destacar o compromisso do estado do Paraná no atendimento as pessoas com altas habilidades/superdotação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Pode-se definir pesquisa como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas mediante o emprego de procedimentos científicos (COSTA, 2014).

2.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A análise documental é uma técnica de abordagem de dados qualitativos. Essa técnica busca identificar informações pertinentes aos temas e/ou problemas dos quais o pesquisador está inserido. Antes de iniciar uma análise documental, é necessário que saibamos primeiro o que são documentos.

Para Cellard (2008, p. 296), não é tarefa fácil conceituá-lo: “definir o documento representa em si um desafio”. Recuperar a palavra “documento” é uma maneira de analisar o conceito e então pensarmos numa definição: “documento: 1.declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. arquivo de dados gerado por processadores de texto” (HOJAISS, 2008, p.260). Phillips (1974, p.187), expõe sua visão ao considerar que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Explica-se esse conceito pelo fato que nesta pesquisa optou-se em utilizar a análise documental, acompanhada da pesquisa bibliográfica.

Os documentos são registros escritos que proporcionam informações em prol da compreensão dos fatos e relações, ou seja, possibilitam conhecer o período histórico e social das ações se reconstruir os fatos e seus antecedentes, pois se constituem em manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupos (OLIVEIRA, 2007).

A pesquisa conta com análise documental das políticas públicas nacionais e do estado do Paraná, porém o estudo proposto não toma os textos como objeto final de explicação, mas como unidade de análise que permite acessar aos discursos e por este caminho metodológico conhecer a política voltada a essa forma de atendimento especial.

2.2 A COLETA DE DOCUMENTOS

A coleta de documentos apresenta-se como importante fase da pesquisa documental, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a “garimpagem” das fontes que lhes pareçam relevantes a sua investigação. Formalizar esta aproximação com intuito de esclarecer os objetivos de pesquisa e a importância desta constitui-se um dos artifícios necessários nos primeiros contatos e, principalmente, para que o acesso aos acervos e fontes seja autorizado.

Para Costa (2014), “os espaços de pesquisa são orientados pela própria natureza do estudo, portanto a localização dos documentos pode ser muito diversificada”. Essa distinção vai exigir que o pesquisador tenha conhecimento do tipo de registro e informações que abrigam as instituições visitadas e a seleção de fontes adequadas.

Todos esses conhecimentos são necessários a quem se propõe a realizar a pesquisa documental, bem como o gerenciamento equilibrado do tempo que se tem disponível para realizar a pesquisa.

2.2.1 A análise documental

A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitira contextualização das informações contidas nos documentos.

A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitira localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos.

A análise documental também pode ser conceituada como um conjunto de operações intelectuais, visando à descrição representação dos documentos de uma forma unificada e sistemática para facilitar sua recuperação.

Isto é, o tratamento documental tem por objetivo descrever e representar o conteúdo dos documentos de uma forma distinta da original, visando garantir a recuperação da informação nele contida e possibilitar seu intercâmbio, difusão e só.

A primeira perspectiva da análise documental apreende os documentos como base para desenvolvimento de estudos e pesquisas cujos objetivos advêm do interesse do pesquisador; também pode ser percebida como uma investigação relacionada à pesquisa histórica, uma vez que busca a reconstrução crítica dos dados passados no intuito de obter indícios para projeções futuras (COSTA, 2014).

2.2.2 Operacionalização da análise documental

No cerne da discussão aqui apresentada, adota-se uma abordagem qualitativa do método, enfatizando não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais. Compreende-se ainda que, dependendo da área de pesquisa do investigador e dos interesses do estudo, documentos que podem ser desprezíveis para uns podem ocupar lugar central para outros.

Foram utilizadas as etapas: apuração e organização do material, baseada em uma leitura utilizando critérios da análise de conteúdo; e análise crítica do documento – caracterização, descrição e comentários, fichamento, levantamento de assuntos recorrentes, codificação, evidência do núcleo emergente, decodificação, interpretação e inferência (COSTA, 2014).

A apuração e organização dos documentos foram desenvolvidas mediante leituras sucessivas e sistemáticas nas quais se buscou identificar as ações previstas pelos respectivos documentos.

2.2.3 A Pesquisa Bibliográfica

Uma pesquisa bibliográfica baseia-se basicamente da coleta de material de diversos autores sobre um determinado assunto. Na pesquisa documental acontece quase o mesmo processo, só que se utiliza um material mais diversificado que pode ser coletado em órgãos públicos ou instituições privadas e na bibliográfica as fontes são de materiais encontrados em bibliotecas. Segundo Lakatos (1992, p.44):

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem,

como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica.

Uma de suas características principais é dar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando teoricamente o material a ser analisado. Assim, faz com que o pesquisador além de ampliar seus conhecimentos, torne-se um leitor na busca e levantamento dos dados e informações.

Todo e qualquer trabalho acadêmico requer um conhecimento sobre os livros, artigos, periódicos de modo impresso, eletrônico, etc, sendo imprescindível um processo metodológico, um certo caminho a seguir, como forma de ser racional e econômica para aquele que realiza a pesquisa.(SOUZA, 2001, p.59)

Dessa forma, tratou-se de coletar e selecionar material bibliográfico pertinente aos temas centrais de análise desta pesquisa.

Tal material foi utilizado como referência conceitual e compilado no Capítulo pertinente ao referencial teórico que respalda esta pesquisa. Adicionalmente, foram acessadas obras literárias e publicações periódicas diversas, tais como jornais e revistas de grande circulação, cujos temas estavam muito próximos aos desenvolvidos nesta pesquisa. Tais documentos, apesar de não configurarem bibliografia científica para o desenvolvimento da problemática em questão, foram importantes para o fortalecimento de certos conceitos e entendimentos por parte do pesquisador no decorrer da pesquisa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O QUE É ALTA HABILIDADE E SUPERDOTAÇÃO

Primeiramente é importante ressaltar que existem muitos mitos a respeito da superdotação, pois indicar uma pessoa com altas habilidades e superdotação entra em um âmbito considerado “desnecessário” para muitos profissionais da educação, uma vez que se imagina ser algo raro e difícil de ocorrer. De acordo com Guenther (2006),

Pela lei das probabilidades pode-se esperar que 3 a 5% dos alunos que constituem a população escolar apresentam capacidade notavelmente acima da média de seu grupo de comparação, nas diversas áreas de características humanas, incluindo aquelas valorizadas pela sociedade, princípio que baseia o conceito de dotação e talento.

Observa-se, entretanto, que poucas são as oportunidades educacionais oferecidas ao aluno com altas habilidades/superdotado para desenvolver de forma mais plena as suas habilidades. Uma possível explicação para este cenário são os vários mitos sobre o superdotado, frequentes em nossa sociedade, que constituem entrave à provisão de condições favoráveis à sua educação. Predomina, por exemplo, a ideia de que esse indivíduo tem recursos suficientes para desenvolver suas habilidades por si só, não sendo necessária a intervenção do ambiente. No entanto, é preciso salientar e divulgar entre educadores que o aluno com altas habilidades/superdotado necessita de uma variedade de experiências de aprendizagem enriquecedoras, que estimulem seu potencial.

Outro mito é a de que essa criança apresenta necessariamente um bom rendimento escolar. Porém, o que se tem observado é que indivíduos superdotados podem apresentar um rendimento aquém de seu potencial, revelando uma discrepância entre seu potencial e seu desempenho real (ALENCAR; FLEITH, 2001; ALENCAR; VIRGOLIM, 1999). Muitas vezes, o aluno com altas habilidades/superdotado pode ficar desmotivado com as atividades implementadas em sala de aula, com o currículo ou métodos de ensino utilizados (especialmente a excessiva repetição do conteúdo, aulas monótonas e pouco estimuladoras, e ritmo mais lento da classe).

Para Alencar (2001), “superdotação é um conceito ou constructo psicológico a ser inferido a partir de uma constelação de traços ou características de uma pessoa”. Sendo assim, não há possibilidade de delinear uma pessoa como superdotada através de um único indicador, ou por uma única característica. É necessário que se demonstre um conjunto de características, em uma harmonia, que possibilite a identificação dessa pessoa como diferente aos demais de seu convívio.

A pessoa com alta habilidade/superdotação, segundo documento do Ministério da Educação sobre a Política Nacional de Educação Especial, é aquela que:

Apresenta notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criativo e produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora. (BRASIL, MEC/SEESP, 1994).

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a definição prescrita é:

Altas habilidades/superdotação: grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes e que, por terem condições de aprofundar e enriquecer esses conteúdos deve receber desafios suplementares em classe comum, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para concluir, em menor tempo, a série ou etapa escolar. (BRASIL, MEC/SEESP, 2001, p.39).

A identificação de superdotados deve ter por finalidade o oferecimento de atendimento especializado, pois sem este, torna-se mera rotulação.

A identificação, com o único objetivo de rotular, não só não presta qualquer serviço, mas, mais do que isso, presta imenso desserviço, uma vez que o rótulo provoca expectativas que a identificação por si só não pode satisfazer. (GAMA, 2006, p. 57).

Conforme o Plano Nacional de Educação,

Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar, sejam preparados para atendê-los adequadamente. (BRASIL, 2001, p. 128)

A falta de conhecimento de universo dos superdotados de capacidade acima da média, especialmente pelos educadores, e, o que o sistema escolar costuma padronizar, provavelmente, sejam essas a maior barreira ao atendimento.

3.1.1 Conceito dos Termos e Traços Comuns aos Alunos Superdotados

A definição brasileira atual considera os educandos com altas habilidades/superdotação aqueles que apresentam grande facilidade de aprendizagem que os encaminhe a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Brasil, 2001, Art. 5º, III). Essa definição ressalta duas características marcantes da superdotação, que são a rapidez de aprendizagem e a facilidade com que estes indivíduos se engajam em sua área de interesse.

De acordo com o documento do Ministério da Educação sobre a Política Nacional de Educação Especial (1994), conceito dos termos anteriormente citados baseia-se em:

- *Tipo Intelectual* – apresenta flexibilidade e fluência de pensamento, capacidade de pensamento abstrato para fazer associações, produção ideativa, rapidez do pensamento, compreensão e memória elevada, capacidade de resolver e lidar com problemas.

-*Tipo Acadêmico* – evidencia aptidão acadêmica específica atenção, concentração; rapidez de aprendizagem, boa memória, gosto e motivação pelas disciplinas acadêmicas de seu interesse; habilidade para avaliar, sintetizar e organizar o conhecimento; capacidade de produção acadêmica.

-*Tipo Criativo* – relaciona-se às seguintes características: originalidade, imaginação, capacidade para resolver problemas de forma diferente e inovadora, sensibilidade para as situações ambientais, podendo reagir e produzir diferentemente e, até de modo extravagante; sentimento de desafio diante da desordem de fatos; facilidade de auto expressão, fluência e flexibilidade.

-*Tipo Social* – revela capacidade de liderança e caracteriza-se por demonstrar sensibilidade interpessoal, atitude cooperativa, sociabilidade expressiva, habilidade

de trato com pessoas diversas e grupos para estabelecer relações sociais, percepção acurada das situações de grupo, capacidade para resolver situações sociais complexas, alto poder de persuasão e de influência no grupo.

-*Tipo Talento Especial* – pode-se destacar tanto na área das artes plásticas, musicais, como dramáticas, literárias ou cênicas, evidenciando habilidades especiais para essas atividades e alto desempenho.

- *Tipo Psicomotor* – destaca-se por apresentar habilidade e interesse pelas atividades psicomotoras, evidenciando desempenho fora do comum em velocidade, agilidade de movimentos, força, resistência, controle e coordenação motora. Esta definição é vantajosa, uma vez que chama a atenção para importantes aspectos, como:

- a) a pluralidade de áreas do conhecimento humano em que uma pessoa possa se destacar, não se limitando à tradicional visão acadêmica da superdotação;
- b) o entendimento de que as altas habilidades se relacionam tanto com o desempenho demonstrado quanto com a potencialidade em vir a demonstrar um notável desempenho; e
- c) a percepção de que a superdotação se modifica no decurso do desenvolvimento do indivíduo.

Como fonte de informação para um melhor entendimento acerca dessa clientela há o *Modelo dos Três Anéis*, onde Joseph Renzulli (1986, p. 11-12), nos esclarece que:

O comportamento superdotado consiste nos comportamentos que refletem uma interação entre os três grupamentos básicos dos traços humanos – sendo esses grupamentos habilidades gerais e/ou específicas acima da média, elevados níveis de criatividade. As crianças superdotadas e talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver este conjunto de traços e que os aplicam a qualquer área potencialmente valiosa do desempenho humano.

Este pensamento embasa a definição adotada pelo Ministério de Educação do Brasil nas Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/Superdotação e Talentos, do SEESP; MEC (1995 p.13).

O conceito de altas habilidades é definido em duas categorias de acordo com Renzulli (1986): a acadêmica e a produtivo-criativa. Entretanto, essas duas categorias podem ser diagnosticadas numa mesma pessoa.

A PAH acadêmica é tranquilamente diagnosticada através de testes de habilidades cognitivas, por meio de áreas linguísticas ou lógico-matemáticas, pois essas áreas são de maiores valorizações nas situações de aprendizagem acadêmica. Os alunos diagnosticados nesta esfera, provavelmente, terão um melhor desempenho em sala de aula.

Em outra esfera encontra-se a PAH produtivo-criativa em que envolve habilidades direcionadas á criatividade. Ao contrário da PAH acadêmica, as pessoas produtivo-criativas são mais difíceis de serem diagnosticadas e costumam sofrer determinados preconceitos pela falta de informação que circunda o ambiente escolar. Geralmente, as pessoas com esse diagnóstico, se destacam por serem mais questionadoras, imaginativas, inventivas e dispersivas, sendo esta última característica consequência de um conteúdo que não lhes interessa, resultando, na falta de apreciação na rotina e, conseqüentemente, em baixo rendimento escolar e falta de motivação.

Essas pessoas apresentam pensamentos divergentes, fator que dificulta a adaptação em sala de aula e sua avaliação. Por vezes são identificadas com problemas de comportamento e dificilmente como pessoas com altas habilidades, pois seus interesses não são contemplados pelo currículo do ensino regular.

3.1.2 Características Cognitivas e Afetivas do Superdotado

Embora alguns especialistas difiram na forma de algumas abordagens a pessoas com altas habilidades/superdotação, algumas características são comuns e todos eles. De acordo com Renzulli (2004), há duas categorias amplas e distintas de habilidades superiores: a superdotação escolar e a superdotação criativo-produtiva.

A superdotação escolar é facilmente identificável através dos testes QI, dessa forma, alunos diagnosticados com QI elevado, conseqüentemente, são aqueles que tiram boas notas na escola. A ênfase neste tipo de habilidade recai sobre os processos de aprendizagem dedutiva, treinamento estruturado nos processos de pensamento, e aquisição, estoque e recuperação da informação.

As crianças que apresentam a superdotação escolar tendem a apresentar as seguintes características (RENZULLI; REIS, 1997)

- Tira notas boas na escola
- Apresenta grande vocabulário
- Gosta de fazer perguntas
-Necessita pouca repetição do conteúdo escolar
- Aprende com rapidez
-Apresenta longos períodos de concentração
- Tem boa memória
- É perseverante
- Apresenta excelente raciocínio verbal e/ou numérico
- É um consumidor de conhecimento
- Lê por prazer Tende a agradar aos professores
- Gosta de livros técnicos/ profissionais
- Tendência a gostar do ambiente escolar

Fonte: (RENZULLI; REIS, 1997)

Dentre suas características afetivo-emocionais deste grupo, Renzulli e Reis (1997a) destacam:

- O superdotado do tipo “escolar” tem necessidade de saber sempre mais e busca ativamente por novas aprendizagens. No entanto, pode estabelecer metas irrealisticamente altas para si mesmo (às vezes reforçadas pelos pais) e sofrer por medo de não atingir tais metas.

- a) demonstra perseverança nas atividades motivadoras a ele;
- b) apresenta grande necessidade de estimulação mental;
- c) apresenta grande intensidade emocional; e
- d) tem paixão em aprender Revela intenso perfeccionismo.

Já a superdotação criativo-produtiva implica o desenvolvimento de materiais e produtos originais; aqui, a ênfase é colocada no uso e aplicação da informação – conteúdo – e processos de pensamento de forma integrada, indutiva, e orientada para os problemas reais.

As pessoas que apresentam a superdotação do tipo criativo-produtiva tendem a apresentar as seguintes características (RENZULLI; REIS, 1997a):

- Não necessariamente apresenta QI superior
- Pensa por analogias
- É criativo e original
- Usa o humor
- Demonstra diversidade de interesses
- Gosta de fantasiar
- Gosta de brincar com as ideias
- Não liga para as convenções
- É inventivo, constrói novas estruturas
- É sensível a detalhes
- Procura novas formas de fazer as coisas
- É produtor de conhecimento
- Não gosta da rotina
- Encontra ordem no caos

Fonte: (RENZULLI; REIS, 1997)

Renzulli e Reis (1997a) destacam neste grupo as seguintes características afetivas e emocionais:

- Investem uma quantidade significativa de energia emocional naquilo que fazem
- Apresentam preocupação moral em idades precoces
- Necessitam de professores sensíveis aos seus intensos sentimentos de frustração, paixão, entusiasmo, raiva e desespero.
- Precisam do apoio dos adultos para persistir em suas tarefas ou para canalizar suas energias de forma mais eficiente.
- Frequentemente questionam regras/ autoridade
- Demonstram sensibilidade / empatia
- Demonstram autoconsciência
- Demonstram perceptividade (insight)
- Demonstram capacidade de reflexão
- Apresentam senso agudo de justiça
- Apresentam imaginação vívida

Fonte: (RENZULLI; REIS, 1997)

Galbraith e Delisle (1996), apresentam uma lista de comportamentos para ajudar os professores a ampliarem um olhar para a identificação dos talentos e das altas habilidades em sala de aula. Lembram os autores que, para ser considerado superdotado, o aluno não necessita exibir todas estas características. Contudo, se o

professor observa que alguns alunos exibem consistentemente muitos destes comportamentos, a probabilidade de que eles apresentem altas habilidades é bastante forte. A seguir a lista desenvolvida pelos autores acima citados:

FORMULÁRIO PARA A IDENTIFICAÇÃO DA SUPERDOTAÇÃO.
01 Aprende fácil e rapidamente
02 Original, imaginativo, criativo, não-convencional
03 Amplamente informado; informado em áreas não comuns
04 Pensa de forma incomum para resolver problemas
05 Persistente, independente, auto-direcionado (faz coisa sem que seja mandado)
06 Persuasivo, capaz de influenciar os outros
07 Mostra senso comum; pode não tolerar tolices
08 Inquisitivo, cético, curioso sobre o como e porque das coisas
09 Adapta-se a uma variedade de situações e novos ambientes
10 Esperto ao fazer coisas com materiais comuns
11 Habilidades nas artes (música, dança, desenho etc.)
12 Entende a importância da natureza (tempo, lua, sol, estrelas, solo, etc.)
13 Vocabulário excepcional, verbalmente fluente
14 Aprende facilmente novas línguas
15 Trabalhador independente, mostra iniciativa
16 Bom julgamento, lógico
17 Flexível, aberto
18 Versátil, muitos interesses, interesses além da idade cronológica
19 Mostra insights e percepções incomuns
20 Demonstra alto nível de sensibilidade, empatia com relação aos outros
21 Apresenta excelente senso de humor
22 Resiste à rotina e repetição
23 Expressa idéias e reações, freqüentemente de forma argumentativa
24 Sensível à verdade e à honra

Fonte: (GALBRAITH; DELISLE, 1996, p.14)

A principal meta na identificação de alunos superdotados é a localização de potenciais que não estão sendo suficientemente desenvolvidos ou desafiados pelo ensino regular. Um ponto importante a considerar é que a identificação deve ser vista como um processo contínuo, permitindo a interação do aluno à medida que

suas habilidades emergem e se desenvolvem; e deve preferencialmente apontar os pontos fortes, aptidões e talentos de cada um, em detrimento de suas fraquezas e incapacidades, como tradicionalmente se tem feito nas escolas.

No movimento atual de uma educação inclusiva, torna-se essencial o entendimento de que todo aluno tem direito a um ambiente educacional flexível e responsivo, adaptado ao seu nível e ritmo de aprendizagem, que permita certo nível de escolha de tópicos do seu interesse e que promova a excelência no estudo. Neste sentido, esforços devem ser feitos para permitir mudanças no currículo oferecido para estes alunos ainda na escola regular. Dutra (2004) afirma que:

As políticas dos sistemas de ensino devem prever a eliminação das barreiras à educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo a participação a partir de novas relações entre os alunos, fundamentais para uma socialização humanizadora; de novas relações pedagógicas centradas nos modos de aprender das diferentes crianças e jovens; e de relações sociais, que valorizam a diversidade em todas as atividades, espaços e formas de convivência e trabalho. (DUTRA, 2004, p.9)

No contexto brasileiro atual, torna-se necessário que o país abra suas portas às modernas evidências de pesquisa sobre o indivíduo portador de altas habilidades, e que considere seu potencial como promotor do desenvolvimento tecnológico, cultural e educacional da nossa nação. Não podemos desperdiçar nossas inteligências; há por toda parte um rico manancial de jovens esperando por melhores oportunidades e desafios às suas capacidades. O Brasil iniciou várias mudanças, em nível do governo e de sociedade, voltadas para uma ampla abertura na política educacional para a área de superdotação, porém ainda há um caminho extenso a percorrer para que as mudanças sejam plenamente praticadas na rede regular de ensino.

3.2 PANORAMA HISTÓRICO NACIONAL EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, as primeiras ideias começaram a germinar sobre esse grupo de pessoas em 1929 com Ulysses Pernambuco que enaltecia a conveniência da seleção e educação dos sujeitos com capacidade superior e fazia distinção entre os superdotados e os precoces pontuando que: “estes dizem respeito ao tempo,

enquanto os primeiros indicam habilidades mais fundamentais e permanentes. As crianças mais vivas podem dar uma falsa impressão de supernormalidades por apresentarem comportamentos precoces.” (NOVAES, 1979, p.78).

Em 1929, o Instituto de Psicologia do Recife realizou uma experiência em que foram aplicados testes *ARMY ALPHA* em 203 alunos de cursos secundários, em ambos os sexos, pertencentes ao Ginásio Pernambuco, à Escola Normal de Pernambuco e à Escola Normal Pinto Junior.

Conforme a classificação norte-americana encontrou-se uma porcentagem de 1,47% da classe A, muito superior, e 22,66% na classe B, superior. O mesmo teste foi aplicado em 1930 em estudantes de Medicina, Direito e Engenharia, sendo que 12,63% ficaram da classe A e 30,09% na classe B.

Em 1931, Leoni Kassef lança o livro “Educação dos Super Normais” que se referia a forma do Ensino Primário, Profissional e Normal do Estado do Rio de Janeiro de 1929, onde incluía disposições acerca de seleção de alunos brilhantes desde a escola elementar.

No ano de 1929 chega ao Brasil a estudiosa em Educação Especial Helena Antipoff após estudar na França e Suíça, onde desenvolveu pesquisas sobre inteligências e foi assistente de Edouard Claparède. Antipoff contribuiu com várias publicações na década de 1930 e 1940 e chamava a atenção para: “a necessidade de uma identificação precoce do superdotado e de serviços educacionais para alunos que se destacavam por habilidades e talentos especiais.” (ALENCAR; FLEITH, 2001, p. 170).

No ano de 1940, a Sociedade Pestalozzi, primeira entidade civil, criada da década de 30, cujo estatuto concluía a necessidade de se atender a população escolar situada no extremo superior das capacidades humanas, sob a liderança de Helena Antipoff, inauguraram a Escola da Fazenda do Rosário, em Ibirité, MG, com o objetivo de educar e reeducar crianças “excepcionais”, termo utilizado por Helena ao se referir aos superdotados, assim como as crianças abandonadas. Helena liderou grandes obras educativas nas áreas de educação especial, educação rural, criatividade e superdotação. Em 1971, foi uma das participantes do Primeiro Seminário Nacional sobre Superdotados, onde apresentou um trabalho intitulado: “O problema do bem-dotado no meio rural.” No ano seguinte criou a Fundação Adv- Associação Milton Campos para o Desenvolvimento de Vocações voltado para o atendimento de crianças indicadas por escolas públicas da região Metropolitana de

Belo Horizonte para “nos fins de semana, em regime de internato e semi-internato, serem submetidas a um programa intensivo de desenvolvimento de criatividade e talento.” (CAMPOS, 2003).

Até a década de 70 poucas iniciativas e ações foram tomadas acerca dessa modalidade de atendimento e se pode observar que até então as iniciativas foram tomadas através de iniciativas privadas.

A partir de 1971, através da Lei de Diretrizes e Bases na Educação Básica 5.692 (BRASIL, 1971), que inicia uma legislação marcante para a história da superdotação no Brasil com a inserção dessas pessoas pela primeira vez, em seu artigo 9º que apontava:

Os alunos que apresentarem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrarem em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados, deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

Através dessas recomendações, iniciaram-se as ações mais efetivas em prol dessa clientela com iniciativa privada e pública. Em São Paulo, o Centro Educacional Objetivo, instituição particular, iniciou em 1972 o POIT (Projeto de Orientação e Identificação de Talentos), ligado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Paulista – UNIP, com a intenção de atender às necessidades específicas de cada aluno, por meio de cursos extracurriculares. Este projeto se mantém como o mais antigo e ininterrupto acerca dessa modalidade de atendimento.

Na cidade de Brasília, em 1975, foi criado o Núcleo de Apoio a Aprendizagem do Superdotado (NAS), um programa público importante desenvolvido para atendimento aos alunos com sinais de talento no Distrito Federal, e se mantém até os dias atuais.

Em uma tentativa de ampliar o atendimento aos superdotados, surge em 1978 a Associação Brasileira de Superdotação com sede no Rio de Janeiro e escritórios regionais em outros estados, porém a associação não obteve êxito e acabou encerrando suas atividades da década de 90. Porém, em 2003, é fundado em Brasília, o Conselho Brasileiro de Superdotação (CONBRASD) por uma equipe de especialistas com interesse em “congregar pessoas físicas e jurídicas, interessadas na área de altas habilidade/superdotação a fim de estabelecer intercâmbio de

conhecimentos e experiências, coordenando seus esforços, estudos e ações.” (GAMA, 2006, p.25)

Na cidade de Lavras, em Minas Gerais, no ano de 1992, surge o Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento (CEDET) iniciado por Zenita Cunha Guenther (2006), com a intenção de:

Prover oportunidades a cada criança para convívio e interação com outras crianças e jovens mais capazes e talentosos, favorecendo o reconhecimento de um grupo de pares maior, e mais diversificado, do que se encontra na vida e na escola regular. (site do CEDET).

O CEDET é um órgão público municipal da Prefeitura de Lavras, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e conta com outros modelos da mesma instituição espalhadas em outras cidades brasileiras.

Desde os anos 90, o governo federal tem implantado um conjunto de ações nas várias áreas dos serviços públicos relacionados à chamada “política de inclusão social.” Tais ações foram implantadas através de acordos internacionais como a Declaração de Jontiem em 1990 e a Declaração de Salamanca em 1994.

3.2.1 Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais foi realizada entre os dias 7 e 10 de Junho de 1994, na cidade de Salamanca na Espanha. Deste encontro resulta a Declaração de Salamanca, um documento que trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, sendo a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino a questão central discutida na Declaração.

A abordagem dos Direitos Humanos e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos é parte fundamental no documento e a pedagogia centrada na criança aponta os princípios de uma educação especial. A Declaração também apresenta propostas, direções e recomendações da Estrutura de Ação em Educação Especial em nível internacional, nacional e regional.

O conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca é guiado pelos seguintes princípios: (UNESCO, 1998)

- cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem,
- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias,
- os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades,
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades,
- as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Aos Governos são apelados:

- conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais,
- adotar como matéria de lei ou como política o princípio da educação inclusiva, admitindo todas as crianças nas escolas regulares, a não ser que haja razões que obriguem a proceder de outro modo,
- desenvolver projetos demonstrativos e encorajar o intercâmbio com países que têm experiência de escolas inclusivas,
- estabelecer mecanismos de planeamento, supervisão e avaliação educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo,

- encorajar e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais,
- investir um maior esforço na identificação e nas estratégias de intervenção precoce, assim como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva,
- garantir que, no contexto duma mudança sistêmica, os programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

À comunidade internacional; apelam-se em particular:

- aos governos com programas cooperativos internacionais e às agências financiadoras internacionais, especialmente os patrocinadores da Conferência Mundial de Educação para Todos, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao Fundo das Nações Unidas para a Infância, (UNICEF), ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), e ao Banco Mundial: - a que sancionem a perspectiva da escolaridade inclusiva e apoiem o desenvolvimento da educação de alunos com necessidades especiais, como parte integrante de todos os programas educativos;
- às Nações Unidas e às suas agências especializadas, em particular à Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Organização Mundial de Saúde (OMS), UNESCO e UNICEF: - a que fortaleçam a sua cooperação técnica, assim como reforcem a cooperação e trabalho conjunto, tendo em vista um apoio mais eficiente às respostas integradas e abertas às necessidades educativas especiais;
- às organizações não-governamentais envolvidas no planejamento dos países e na organização dos serviços: - a que fortaleçam a sua colaboração com as entidades oficiais e que intensifiquem o seu crescente envolvimento no planejamento, implementação e avaliação das respostas inclusivas às necessidades educativas especiais;
- à UNESCO, enquanto agência das Nações Unidas para a educação: - a que assegure que a educação das pessoas com necessidades educativas

especiais faça parte de cada discussão relacionada com a educação para todos, realizada nos diferentes fóruns; - a que mobilize o apoio das organizações relacionadas com o ensino, de forma a promover a formação de professores, tendo em vista as respostas às necessidades educativas especiais; - a que estimule a comunidade académica a fortalecer a investigação e o trabalho conjunto e a estabelecer centros regionais de informação e de documentação; igualmente, a que seja um ponto de encontro destas atividades e um motor de divulgação dos resultados e do progresso atingido em cada país, no prosseguimento desta Declaração; - a que mobilize fundos, no âmbito do próximo Plano a Médio Prazo (1996-2000), através da criação dum programa extensivo de apoio à escola inclusiva e de programas comunitários, os quais permitirão o lançamento de projetos-piloto que demonstrem e divulguem novas perspectivas e promovam o desenvolvimento de indicadores relativos às carências no sector das necessidades educativas especiais e aos serviços que a elas respondem.

A Declaração de Salamanca, não só contemplou a superdotação como procurou ressignificar o seu conceito. Conforme Delou (1996), o resultado consistiu apenas na mudança da designação superdotados para altas habilidades.

No âmbito nacional brasileiro, as mudanças só começam a surgir mais evidentemente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB), n° 9.394/96, artigo 58° onde diz que a Educação Especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996, p. 43). A lei garante em seu artigo 59°, inciso I, que os sistemas de ensino garantirão a esses alunos, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender suas necessidades.” (BRASIL, 1996, p.44).

De acordo com a Resolução CNE/CEB N°. 02/2001, artigo 3°, a educação especial, modalidade da educação escolar, é compreendida como:

Um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos

educandos que apresentam necessidades educacionais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p.01).

Acrescenta-se ainda a esta Resolução, em seu artigo 5º, inciso III, que alunos com necessidades especiais (NEE) são aqueles que apresentam, durante seu processo educacional, “altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os levem a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.” (BRASIL, 2001, p.02).

Em 2005, surge no âmbito federal os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e secretaria de Educação Especial (SEESP), com a finalidade de atender educandos com AH/SD em todos os estados brasileiros, promover, formar e capacitar professores para identificação e atendimento desse alunado, assim como, oferecer o acompanhamento aos pais e à comunidade escolar.

Apesar de haver atualmente uma legislação que assegure o atendimento educacional especializado (AEE) a essa clientela (AH/SD), ainda existem poucas iniciativas voltadas à garantia desse direito e os resultados obtidos, identificação e atendimento, são considerados muito baixos desde a instalação dos NAAH/S, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Recentemente, dezembro de 2015, foi sancionada a lei nº 13.234 que prevê a criação de um cadastro nacional de alunos com altas habilidades/superdotação da educação básica e da educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. Entre algumas mudanças, incluem a possibilidade de classificação do aluno em qualquer série ou etapa nos níveis de ensino mencionados, tanto por promoção, transferência ou, independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola e a exclusão dos regimentos escolares, de normativos que tratem de formas de progressão parcial, deixando o assunto exclusivamente a cargo dos sistemas de ensino.

A lei também antevê a extensão da possibilidade de organização de classes, ou turmas, com os alunos de séries distintas, com o mesmo nível de domínio de conhecimento da matéria, para todos os componentes curriculares, a extensão da possibilidade de aceleração de estudos mediante verificação de rendimento escolar também para alunos com adiantamento escolar ou com altas habilidades, além da

possibilidade de aceleração de estudos em uma mais disciplina escolares por avanço escolar, compactação curricular ou verificação de aprendizagem.

Considerando as políticas educacionais inclusivas, o aluno deve ser cada vez mais atendido em seus interesses, necessidades e potencialidades, cabendo à escola ousar, rever suas concepções e paradigmas educacionais, lidando com as evidências que o desenvolvimento humano oferece.

3.3 ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

O Departamento de Educação Especial do Paraná, assim como o Ministério da Educação (MEC), utiliza as ideias desenvolvidas pelo pesquisador norte-americano Joseph Renzulli (2004), define a superdotação através da **Teoria dos Três Anéis**, destacando o comportamento do superdotado, por meio da interseção de três agrupamentos básicos de traços humanos, que consistem em: capacidade geral e/ou específica acima da média, elevados níveis de envolvimento ou comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade.

No âmbito das políticas públicas, o atendimento no contexto escolar a alunos com altas habilidades/superdotação só passou a ser discutido com maior seriedade nos últimos anos, após a promulgação do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), em que apresenta os objetivos e metas, a médio e longo prazo que contemplem a implementação de serviços e programas especializados na rede de ensino. A Deliberação 02/03 do Conselho Estadual de Educação do Paraná orienta os princípios e a organização dos Atendimentos na Educação Especial (PARANÁ, 2003):

Ao aluno que apresentar características de superdotação e altas habilidades poderá ser oferecido o enriquecimento curricular, no ensino regular ou salas de recursos, e a possibilidade de aceleração de estudos para concluir em menor tempo o programa escolar, utilizando-se dos procedimentos da reclassificação, compatível com seu desempenho escolar e maturidade sócio-emocional.

A legislação do Estado do Paraná prevê ações pedagógicas aplicáveis aos alunos com desempenho escolar de alto nível, ofertados através de programas baseados no enriquecimento curricular (sala de recursos), na aceleração dos

estudos e/ou na combinação destas duas formas de atendimento de acordo com a necessidade.

Antes de adentrar na forma de atendimento que o Paraná estabelece e disponibiliza aos alunos com AH/SD, far-se-á um breve relato sobre o contexto histórico paranaense nesta modalidade de atendimento seguindo o quadro de referência abaixo:

1998: em Curitiba, a Secretaria de Estado da Educação, através do Departamento de Educação Especial promove cursos de capacitação para Profissionais da Educação sobre AH/SD, envolvendo educadores da rede estadual e municipal. Iniciativa que marca a retomada dos estudos e das discussões sobre o atendimento educacional da área.
2001: Deliberação 09/01, do Conselho Estadual de Educação regulamenta a matrícula de alunos nas escolas do Paraná, contemplando o acesso a níveis mais elevados de ensino.
2003: Deliberação 02/03, do CEE orienta os atendimentos nas áreas de Educação Especial. Neste ano iniciam-se os trabalhos da primeira Sala de Recursos do Paraná para atendimento a alunos com AH/SD, no Instituto de Educação Prof. Erasmo Piloto.
2005: Início das atividades das Salas de Recursos do Instituto Estadual de Educação de Maringá e do Colégio Estadual Olindamir M. Claudino - Fazenda Rio Grande, Região Metropolitana Sul de Curitiba.
2006: em Londrina iniciam-se as atividades para implantação Sala de Recursos, no Colégio Estadual Vicente Rijo, com incentivo para abertura do Núcleo de Atividades para AH/SD – MEC.

Fonte: (BRANDÇO; MORI, 2010, p.5)

O Estado do Paraná possui o atendimento especial às pessoas com deficiências sensoriais e as que não apresentam deficiências, como é o caso dos alunos com altas habilidades/superdotação. Esta modalidade de atendimento especial encontra-se presente desde 1971 na organização de Educação Especial, da Secretária de Estado da Educação do Paraná, através do documento intitulado como Diretrizes Teórico-Metodológicas para a Educação Especial de 1994, impresso pela SEED/DEE/PR, e contém registros históricos sobre a Educação Especial no Paraná como a criação do Serviço de Educação de Excepcionais de 1961. Na década seguinte consta uma reformulação nesta Secretaria, Serviço de Educação de Excepcionais, em decorrência da LDB 5692 em que modifica a determinação de Serviço de Educação de Excepcionais para Departamento de Educação Especial, que sem mantêm até os dias de hoje. Nesta reestruturação houve uma divisão de setores para que o atendimento fosse expandido a todas as áreas, tais como: Deficiência Auditiva, Deficiência Física Não-Sensorial, Deficiência Mental, Deficiência Visual, Altas Habilidades e, posteriormente Condutas Típicas.

Em 1989, assuntos referentes a Educação Especial foram contemplados na Constituição promulgada pelo Estado do Paraná em seu artigo n° 179.

Quase uma década depois, em 1998, a Secretaria do Estado da Educação, através do Departamento de Educação Especial, disponibilizou vários cursos de capacitação para profissionais da área de educação sobre AH/SD, juntamente com educadores da rede pública estadual e municipal e consultores docentes de Instituições de Ensino Superior de Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, entre outros, onde discutiram e refletiram acerca do atendimento a alunos com altas habilidades e superdotação.

A Deliberação 09/2001, do Conselho Estadual de Educação (CEE), que regulamenta a matrícula de alunos nas escolas do Paraná, dispõe as providências para a aceleração de alunos com AH/SD e a Deliberação 02/2003, do mesmo Conselho, orienta os atendimentos nas áreas de Educação Especial.

Ao final de 2003 foi criada a primeira Sala de Recursos do Paraná aos alunos AH/SD no Instituto de Educação do Paraná, Professor Erasmo Piloto, em Curitiba. No ano de 2005, outros dois institutos, Instituto Estadual de Educação de Maringá e o Colégio Estadual Olindamir M. Claudino de Fazenda Rio Grande, Área Metropolitana de Curitiba, iniciaram as atividades das salas de recursos para atendimento desta clientela. No município de Londrina, em 2006, iniciou as atividades da Sala de Recursos no Colégio Estadual Vicente Araújo juntamente com o Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) do Estado do Paraná, criado pelo MEC e com apoio da UNESCO. Em agosto do mesmo ano, a Sala de Recursos do Colégio Gastão Vidigal de Maringá inaugurou suas atividades.

O atendimento no Estado do Paraná organiza-se através dos desígnios teóricos de Vyogotski, onde em síntese, descreve que as crianças com capacidades superiores recebem uma influência negativa sobre seu desenvolvimento mental, tendo que reduzir seu ritmo de realização das atividades ou mesmo aquelas que insistem em ser rápidas, deve aguardar os demais e as de desempenho médio conservam seu ritmo, sendo consideradas bem adaptadas.

Tendo por base esses pressupostos, o Estado do Paraná organiza-se com estratégias educacionais que suplementa a base curricular oferecida regularmente pela educação formal. Dessa forma, o aluno tem a oportunidade de aprofundar os conhecimentos específicos de sua natureza por meio de atividades extracurriculares nas salas de recurso em atendimento contra turno.

A Sala de Recurso é um ambiente em que ocorre a criação de oportunidades para trabalhos independentes, investigações científicas nas áreas de conhecimento conforme as habilidades e interesses de cada aluno, assim como, mantém a motivação do aluno ao caminho do pensamento criativo e produtivo. A estes alunos, estão previstas além de atividades suplementares de aprofundamento e enriquecimento, a possibilidade de conclusão do ano ou etapa escolar em menos tempo.

Ainda de acordo com Vygotski, um indivíduo só existe como ser social se participa de um grupo em um contexto que segue a estrada dos avanços históricos. A composição da personalidade de uma pessoa e sua manifestação no comportamento, segundo o autor, “reveste-se de um caráter dependente da evolução social cujos aspectos principais são determinados pelo grupo.” (VYGOTSKI, 1930, p. 32).

Portanto, para que o atendimento aos alunos com Altas Habilidades/Superdotação se manifeste de forma satisfatória e compensatória, seja no ensino regular ou em sala de recurso, é imprescindível modificar a ideia de que o superdotado possui por si só condição de desenvolver seu potencial sem a interação com o meio ambiente. É preciso driblar os obstáculos ao uso de novas tecnologias para transformar o ensino formal numa prática interessante e estimuladora.

A proposta de educação inclusiva no Estado do Paraná, organizada pela Secretaria de Educação, por intermédio do Departamento de Educação Especial (DEE) orienta o atendimento escolar, dá ênfase a diversidade e considera as diferenças de todos sem exceção. O aluno com AH/SD sempre esteve no ensino comum, inseri-lo no especial é algo diferente e oposto a realidade do aluno com deficiência. Assim, no paradigma da inclusão, salienta-se a necessidade do trabalho colaborativo entre os contextos regular e especial.

Na Deliberação n° 02/03 do Conselho Nacional de Educação do Paraná consta o espaço destinado ao atendimento desse alunado orientando os princípios e fixando as normas para a Educação Especial.

Será ofertado atendimento educacional especializado aos alunos com necessidade especiais de: [...] superdotação ou altas habilidades que, devido às necessidades e motivações específicas, requeiram enriquecimento, aprofundamento curricular e aceleração para concluir, em menos tempo, a escolaridade, conforme normas a serem definidas por Resolução da Secretaria de Estado da Educação. (PARANÁ, 2003^a, art. 6° IV).

A Sala de Recurso tem como característica a suplementação ou enriquecimento dos conteúdos escolares do currículo formal, bem como de temas que não estão presentes nos currículos, mas que sejam considerados pertinentes pelos professores e de interesse dos alunos.

O encaminhamento para o atendimento especializado em Sala de Recursos inicia com a identificação do aluno, pelo professor, em sala de aula. A Secretaria do Estado da Educação do Paraná, juntamente com a Equipe da área de AH/SD de Departamento de Educação Especial, tem orientado, em curso de capacitação para as equipes pedagógicas e professores especialistas, a utilização da Lista de Indicadores do Centro de Desenvolvimento do Potencial de Talentos de Lavras, CEDET, onde a Professora Doutora Zenita Guenther é coordenadora desde sua fundação em 1993.

Nos últimos anos Ministério da Educação (MEC) vem divulgando informações sobre a área através de publicações específicas que são distribuídas aos Estados e disponibilizadas no *site* do MEC para acesso e *download*. Também foi incentivada pelo MEC a implantação dos NAAHS – Núcleo Avançado de Atendimento às Altas Habilidades/Superdotação, nos Estados brasileiros. O NAAHS do Paraná está localizado na cidade de Londrina.

Atualmente, os serviços previstos na legislação brasileira e paranaense para o aluno com AH/SD estão pautados na oferta de atendimento por meio de programas de apoio educacional especializado, baseados no enriquecimento curricular, aceleração de estudos para os casos em que forem consideradas as condições favoráveis e possibilidade de combinação destas duas formas de atendimento de acordo com a necessidade.

O modelo de atendimento adotado pelo Estado do Paraná como forma de enriquecimento extracurricular se enquadra no modelo proposto por Renzulli (2004) denominado de enriquecimento trifásico.

O enriquecimento de tipo I oferece informações gerais e expõe o aluno a várias áreas do conhecimento, como oficinas, teatros, palestras, pesquisas em blogs, ou seja, desenvolve atividades de caráter exploratório, oportunizando ao aluno conhecer outras áreas as quais não são pertinentes ao currículo normal e pode proporcionar o interesse e habilidades do aluno em outras áreas.

O enriquecimento do tipo II estimula o aluno a pensar criticamente e a desenvolver habilidades de comunicação oral e escrita. Os alunos são reunidos em

pequenos grupos a fim de selecionar a área de seus interesses e habilidades, uma vez que o objetivo dessa forma de enriquecimento é instruir e instrumentalizar para pesquisas.

O enriquecimento do tipo III propõe aos alunos atividades onde o interesse se baseia em investigações de problemas reais. Nesta etapa, o aluno já se encontra em nível de pesquisa, desenvolvendo projetos em que as produções possam ser compartilhadas com a comunidade. Para o engrandecimento desta etapa, é fundamental a parceria com instituições de Ensino Superior, especialistas e/ou órgãos competentes na área de escolha do educando, pois desta forma, o aluno pode apropriar-se de fato da área de conhecimento, tornando-se um investigador de problemas reais.

Deste modo, o saber é estruturado conforme o modelo de enriquecimento proposto por Renzulli, contemplando as necessidades dos alunos AH/SD e os estimulando ao processo criativo, produtivo, persistente e questionador, conforme deve ser a forma de conduta neste formato de pesquisa.

Através dessas reflexões sobre os métodos de ensino-aprendizagem, a Sala de Recurso, de acordo com Alencar e Fleith, deve ser um ambiente que estimule a facilite a criatividade. Esta busca em busca de contemplar as peculiaridades de cada aluno se justifica, segundo Demo (2009) [...] “cada vez mais se reconhece que a educação de qualidade é o fator primordial para o desenvolvimento do indivíduo, levando-o a fazer parte do processo da competitividade” (DEMO, 2009, p.98). Portanto, é função da escola formar cidadão, crítico, consciente, capaz de intervir na prática social. Demo continua sua fala ao afirmar que: desde cedo é importante fomentar o desafio da elaboração própria em gincanas, concursos, demonstrações, feiras, mudando o enfoque do bom aluno, daquele memoriza com facilidade e faz boas provas, para aquele que sabe pensar. (DEMO, 2009, p.100).

Tanto o aluno da sala regular como o aluno da Sala de Recurso, com altas habilidades, ao ser “orientado pelo professor, acompanhado por um adulto ou por uma criança mais experiente, sempre pode realizar tarefas mais difíceis do que quando sozinho” (FACCI, 2003, p.17). Este discurso evidencia a necessidade do professor em aparelhar suas práticas pedagógicas tanto aos alunos comuns quanto aos alunos considerados superdotados, uma vez que a escola, enquanto instituição social tem a função de contribuir para a transformação social e desenvolver funções

psicológicas superiores, capacidades acadêmicas, cognitivas, afetivo-emocionais e sociais que potencializem o desenvolvimento pessoal de cada um dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de análise documental sobre o contexto histórico nacional e estadual sobre a Inclusão Escolar, a Educação Especial, suas políticas públicas, sobre o atendimento especializado aos alunos de AH/SD, suas principais características, como funciona as salas de recursos, surgiram diversas indagações, entre elas, destaca-se: as políticas públicas de atendimento as pessoas com AH/SD no Estado do Paraná são plenamente atendidas?

Em resposta a essa pergunta resulta-se um enfrentamento encontrado no levantamento bibliográfico resultante da pouca atenção destinada aos alunos com altas habilidades e/ou superdotação por parte das políticas públicas educacionais, bem como a escassez do tema nas pesquisas brasileiras, e grandes muralhas quanto ao reconhecimento e a identificação das altas habilidades até a definição e delimitação das necessidades especiais, assim como estratégias metodológicas de ensino que necessitam e podem beneficiar-se.

Mesmo que o discurso acima seja de mais de uma década atrás o que se percebe atualmente é pouco mudou. Houve transformações e avanços nas políticas públicas, existe uma legislação a favor da educação inclusiva e dos alunos superdotados, porém falta a atenção necessária para que o atendimento aos alunos com altas habilidades e superdotação realmente seja satisfatório. A presença dos preconceitos a respeito desse alunado, a falta de informação e reconhecimento também são fatores que dificultam o apoio a esses alunos.

A efetivação do atendimento escolar ao aluno com AH/SD pressupõe a sedimentação de políticas públicas, com a presença de professores que conheçam com propriedade as necessidades e possibilidades de desenvolvimento cognitivo de seus alunos, disponibilidade de mediadores culturais, instrumentos físicos e simbólicos que contribuam para a manifestação e o aprimoramento de elevados potenciais humanos, bem como o estabelecimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior.

A reestruturação ao atendimento especializado aos alunos de AH/SD demanda esforço, tempo e envolvimento de todos que estão ao seu redor e, principalmente, da gestão pública. É preciso manter-se no caminho para a realiza

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, E. M. L. S. Perspectivas e desafios da educação do superdotado. **Revista Em Aberto**, Brasília, ano 13, n. 60, p. 77-92, out./dez., 1993.

_____, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Contribuições teóricas ao estudo da criatividade**. Brasília: Ed. UNB., 2003.

_____; FLEITH, D. S. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Orientações de implementação de núcleos de atividades de altas habilidades/superdotação**. NAAH/S. Brasília, DF: MEC/ SEESP, 2005.

_____. **Lei n. 10172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. MEC: Brasília, DF. 2001a. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. **Parecer n. 17/01**- Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Brasília, DF: MEC, 2001b.

_____. **Resolução n. 02/01** do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2001c.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos. **Série Diretrizes**, n. 10, Brasília-DF: MEC/SEESP, 1995a.

_____. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial. Área de altas habilidades. **Série Diretrizes** n. 9, Brasília-DF: MEC/SEESP, 1995b.

_____. **Declaração de Salamanca**: Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: Corde, 1994.

_____. **Constituição, 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. **Lei n. 5692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e outras providências. Brasília, DF: MEC, 1971.

CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff. Razão e sensibilidade na psicologia da educação. **Revista Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 17, n. 49, pp. 209-231, set./dez. 2003.

CENESP. **Subsídios para a Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial**. Área de Altas Habilidades, Superdotação. Brasília, DF:MEC, 1986.

CONSELHO BRASILEIRO PARA SUPERDOTAÇÃO - CONBRASD. Disponível em: <www.conbrasd.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

DELOU, M. C. C. Políticas públicas para a educação de superdotados no Brasil. In: Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 57., 2005, Fortaleza, **Anais...**Fortaleza: UFCe, 2005.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Harberna**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.

DUTRA, C. P. Educação Inclusiva: Tempo de transformação: Apresentação. Em M. O. Gotti (Org.), **Direito à Educação: Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: Orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Valorização ou Esvaziamento do Trabalho do Professor? Um Estudo Crítico-comparativo da Teoria do Professor Reflexivo, do Construtivismo e da Psicologia Vygotskiana**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), Araraquara, 2003.

GALBRAITH, J.; DELISLE, J. **The gifted kid's survival guide: A teen handbook**. Minneapolis, MN: Free Spirit Publishing, 1996.

GAMA, M. C. S. S. **Educação de superdotados: teoria e prática**. São Paulo: EPU, 2006.

GUENTHER, Z. C. **Capacidade e talento: Um programa para a escola**. São Paulo: EPU, 2006a.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação especial para a construção de currículos inclusivos**. Documento Preliminar. Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Educação Especial. Curitiba, 2006.

_____. **Deliberação n. 02/03** de 02 de junho de 2003. Institui as Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Conselho Estadual de Educação. Curitiba, PR: CEE, 2003a.

_____. **Indicação n. 01/03** de 02 de junho de 2006. Elabora normas complementares para a Educação Especial no Paraná. Câmara de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2003b.

_____. **Deliberação n. 009/01**. aprovada em 01 de outubro de 2001. Regulamenta a matrícula, transferência, progressão parcial, aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Conselho Estadual de Educação. Curitiba, PR: CEE, 2001.

_____. **Diretrizes teórico-metodológicas para a educação especial**. Documento preliminar - Altas Habilidades. Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED, 1994.

_____. **Constituição do Estado do Paraná**, 1989. Disponível em: <www.pr.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PÉREZ, S. G. P. B. Modelo triádico de enriquecimento de Renzulli. Slide 25,4X19,05 cm. In: Workshop Construindo alternativas de atendimento sob a perspectiva do modelo de enriquecimento para toda a escola. **II Encontro Nacional do Conselho Brasileiro para Superdotação**. Pirenópolis, GO: ConBraSD, 2006c.

RENZULLI, J. S. Introduction to identification of students for gifted and talented programs. **Essential Reading in Gifted Education: Vol. 2. Identification of students for gifted and talented programs (pp. xxiii-xxxiv)**. Thousand Oaks, CA: Corwin Press & The National Association for Gifted Children,(2004a)..

_____. Myth: The gifted constitutes 3-5% of the population. Dear Mr. and Mrs. Copernicus: We regret to inform you. Em S. M. Reis (Series Ed.) & J.S. Renzulli (vol. ed.), **Essential Reading in Gifted Education: vol. 2. Identification of students for gifted and talented programs** (pp. 63-70). Thousand Oaks, CA: Corwin Press & The National Association for Gifted Children.

_____. **The Schoolwide Enrichment Model: A how-to guide for educational excellence** (2nd ed.). Mansfield Center, CT: Creative Learning Press. Renzulli & Reis (1997b)).

_____. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Um retrospectiva de vinte e cinco anos. **Revista Educação**. Porto Alegre: Ano 27 nº 1, p.75-134, jan./abr. Tradução de Susana Graciela Pérez Barrera Pérez